

Diálogos entre Educação Ambiental e Educação Inclusiva: Análise a partir de estudos brasileiros

Dialogues between Environmental Education and Inclusive Education:
analysis based on Brazilian studies

Diálogos entre Educación Ambiental y Educación Inclusiva:
análisis basado en estudios brasileños

Clara dos Santos Baptista 

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ –
Brasil.

clarabaptista92@gmail.com

Marcelo Borges Rocha 

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, RJ –
Brasil.

rochamarcelo36@yahoo.com.br

Recebido em 13 de maio de 2025

Aprovado em 15 de fevereiro de 2026

Publicado em 15 de abril de 2026

RESUMO

A pesquisa qualitativa de revisão sistemática objetivou investigar como se estabelece o diálogo entre a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva em artigos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram selecionados onze trabalhos, analisados segundo os descritores de Megid Neto. Observou-se que o diálogo entre Educação Ambiental e Educação Inclusiva em artigos da CAPES acontece de forma discreta e que não há diferença significativa de produções ao longo dos anos, entretanto há uma concentração de trabalhos a partir do ano de 2018. Nota-se que a articulação entre Educação Ambiental e Educação Inclusiva ainda é um tema pulverizado e sem autores de referência que concentrem quantidade significativa de produções e que as instituições públicas de ensino contribuíram com mais trabalhos. Observou-se que a maior parte dos autores dos artigos que articulam as temáticas não diferenciam ou se identificam com concepções de Educação Ambiental e não estão sensíveis à ideia de inclusão efetiva e a necessidade de mudança no ambiente educacional, inclusive sendo possível notar passagens capacitistas.

Palavras-chave: Educação ambiental inclusiva; Educação ambiental crítica; Educação inclusiva.

ABSTRACT

This qualitative systematic review research aimed to investigate how the dialogue between Environmental Education and Inclusive Education is established in articles on the Journal Portal of the Coordination of Superior Level Staff Improvement (CAPES). Eleven works were selected and analyzed according to Megid Neto's descriptors. It was found that the dialogue between Environmental Education and Inclusive Education in CAPES' articles happens discreetly and that there is no significant difference in the number of publications over the years, however there are more researches published since 2018. It was found that the articulation between Environmental Education and Inclusive Education doesn't have reference authors who concentrate a significant amount of productions. It was found that public institutions were the ones that produced more researches. It was also found that most of the authors of the articles that articulate the themes do not differentiated or identify themselves with concepts of Environmental Education, do not presented the idea of effective inclusion and do not indicated the need for change in the educational environment. It was also possible to identify ableism in the texts.

Keywords: Inclusive environmental education; Critical environmental education; Inclusive education.

RESUMEN

Esta investigación de revisión sistemática cualitativa tuvo como objetivo investigar cómo se establece el diálogo entre Educación Ambiental y Educación Inclusiva en artículos del Portal de Periódicos de la Coordinación de Mejora del Personal de Nivel Superior (CAPES). Once obras fueron seleccionadas y analizadas según los descriptores de Megid Neto. Se constató que el diálogo entre Educación Ambiental y Educación Inclusiva en los artículos de la CAPES ocurre discretamente y que no hay diferencia significativa en el número de publicaciones a lo largo de los años, sin embargo hay más investigaciones publicadas desde 2018. Se observó que la articulación entre Educación Ambiental y Educación Inclusiva no cuenta con autores de referencia que concentren una cantidad significativa de producciones. Se observó que las instituciones públicas fueron las que produjeron más investigaciones. También se constató que la mayoría de los autores de los artículos que articularon los temas no diferenciaron ni se identificaron con conceptos de Educación Ambiental, no presentaron la idea de inclusión efectiva y no señalaron la necesidad de cambio en el ambiente educativo. Además, fue posible observar pasajes pacitistas en los textos.

Palabras clave: Educación ambiental inclusiva; Educación ambiental crítica; Educación inclusiva.

Introdução

Segundo Cardoso-Costa e Lima (2015), a escola é um espaço pelo qual todo brasileiro entre quatro e dezessete anos passa e onde, além de acessar conhecimentos formais, os estudantes entram em contato com valores societários e culturais. Neste sentido, os ambientes educacionais configuram-se como importantes espaços de vivências e experiências, possibilitando debates, discussões e reflexões sobre temáticas que emergem na sociedade e que demandam novas provocações (Silveira *et al.*, 2024).

Dados do Censo Escolar 2024 (Brasil, 2025), publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2025, indicam que o percentual de matrículas de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades em classes comuns tem aumentado na maioria das etapas de ensino. Com exceção da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mais de 90% de estudantes público-alvo da Educação Inclusiva (EI) matricularam-se na rede regular em 2024.

Indicando um reflexo da Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015), estes estudantes estão presentes nas escolas e cursando diferentes disciplinas da educação básica. Neste contexto, espera-se que também estejam em contato com a Educação Ambiental (EA), uma vez que ambas são asseguradas pela legislação brasileira como componentes essenciais da educação nacional (Brasil, 1999; Brasil, 2015).

A EA, compreendida aqui como “nome que historicamente se convencionou dar às práticas educativas relacionadas à questão ambiental” (Layrargues, 2004, p.7), emerge na década de 1960 a partir da percepção da degradação socioambiental consequente da Revolução Industrial (Santos, 2020). Ao longo de seu desenvolvimento, consolida-se como campo plural que articula contribuições de diferentes disciplinas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais. Trata-se de um campo composto por grupos que compartilham um núcleo comum de valores e normas, todavia se diferenciam nas concepções de ambiente e nas propostas para abordar os problemas ambientais (Layrargues; Lima, 2014).

Diante deste quadro, Kassiadou e Sánchez (2019) afirmam que existem múltiplos entendimentos e apropriações em relação à EA. Trata-se do que Layrargues (2004) chama de múltiplas identidades da EA brasileira. Estas identidades são reflexos e refletem as visões de mundo da nossa sociedade e, constituídas por relações de poder e força, resultam em um campo de disputas (Kassiadou e Sánchez, 2019).

Nesta perspectiva, Layrargues e Lima (2014) propõem a existência de três macrotendências como modelos político-pedagógicos de EA, sendo cada uma constituída por uma diversidade de posições, estando mais ou menos próximas do

tipo considerado. São elas: 1 – EA Conservacionista, caracterizada pela valorização dos princípios ecológicos e do sentimento afetivo em relação à natureza; 2 – EA Pragmática, caracterizada pela ausência de reflexão sobre as causas e consequências dos problemas socioambientais, percebendo o ambiente como coleção de recursos naturais em processo de esgotamento; 3 – EA Crítica, que procura contextualizar e politizar o debate ambiental, articular as dimensões de sustentabilidade e problematizar as condições de desenvolvimento da sociedade local e globalmente.

Neste momento, cabe explicitar o posicionamento da presente investigação que, tendo como referência as três macrotendências da EA, se insere na perspectiva crítica, entendendo que as mudanças necessárias para o enfrentamento da crise ambiental passam pelo enfrentamento político das desigualdades e das injustiças socioambientais. Injustiças estas que incluem processos de exclusão de direitos, como o de aprender no e sobre o ambiente em escolas junto a seus pares, sofridos historicamente por grupos específicos, como as pessoas com deficiência.

De acordo com Pletsch e Souza (2021), a EI seria um modelo de política pública que visa induzir o acesso à educação aos grupos que historicamente sofrem com processos de exclusão de direitos, dentre eles, o direito de aprender em escolas de sua comunidade junto a seus pares em meio constituído pela diversidade.

Mantoan (2003) define EI como a que prevê inserção escolar de forma completa e sistemática de todos os estudantes que devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Em escolas inclusivas, objetiva-se o acesso e permanência de todos os estudantes e são priorizados procedimentos de identificação e remoção de barreiras para o aprendizado (Glat; Pletsch; Fontes, 2007).

Deste modo, entende-se que apenas a presença da diversidade de estudantes no ambiente escolar não garante o mesmo como inclusivo. Para a inclusão escolar efetiva é necessário que esteja acontecendo o que Ainscow (2024) vai chamar de processo de três níveis, sendo eles: a presença do estudante na escola, a participação efetiva deste estudante e a construção do conhecimento.

Segundo Leal (2014), em um cenário de articulação entre EA e EI em sala de aula, a EA transformadora, ou seja, a partir de uma abordagem crítica, tem o potencial de contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva e sensível às questões ambientais, estando, dessa forma, intimamente ligada com a EI. Nesta conjuntura, o diálogo entre os campos tem o potencial de contribuir para o processo formativo dos estudantes.

Diante deste panorama e reconhecendo-se a importância deste diálogo, compreende-se como fundamental a análise do que vem sendo produzido sobre a articulação entre a EA e a EI. Desta forma, desenvolveu-se revisão sistemática de literatura que teve como objetivo investigar como se estabelece o diálogo entre a Educação Ambiental e a Educação Inclusiva em artigos do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Metodologia

A presente investigação qualitativa tem natureza descritivo-exploratória, com o propósito de descrição de características dos artigos que articulam EA e EI, o estabelecimento de relações entre variáveis com o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados e familiaridade com o tema para torná-lo mais explícito e construir hipóteses (Gil, 2002). Neste sentido, foi realizada uma revisão sistemática, que segundo Rother (2007) consiste em trabalhos que planejam responder uma pergunta específica utilizando métodos explícitos e sistemáticos.

O levantamento foi realizado por meio da busca de artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES¹, em 22 de setembro de 2023. A consulta ocorreu pela ferramenta de busca avançada do portal, sendo selecionados como tipo de material “artigos”, sem restrição para idioma ou período de publicação.

Foram utilizados quatro conjuntos de buscadores que poderiam aparecer em qualquer campo de busca. São eles: "Educação Ambiental" e "Educação Inclusiva"; "Educação Ambiental" e "Educação Especial"; "Educação Ambiental" e "Necessidades Educativas Especiais"; "Educação Ambiental" e "Deficiência".

Como critérios de exclusão, os trabalhos que retornaram em mais de uma busca foram contados apenas uma vez e foram desconsiderados trabalhos não disponíveis em formato completo e digital. Para um segundo filtro de seleção, foram analisados os resumos dos artigos com o intuito de selecionar trabalhos que tinham como foco a articulação entre EA e EI.

A partir da delimitação do objeto de estudo, os trabalhos foram analisados segundo os descritores de Megid Neto (1999, p. 35), que os define como “aspectos a serem observados na classificação e descrição das teses e dissertações, bem como na análise de suas características e tendências”.

A nível de organização, os descritores foram divididos em dois grupos, os descritores gerais, que constroem um panorama geral, identificando a base institucional que sustenta a produção acadêmica da área (Teixeira, 2008), e os descritores específicos, que proporcionam um estudo analítico das principais tendências das produções (Teixeira, 2008).

Como descritores gerais da presente investigação observou-se: Ano, revista, título, autor(a), filiação, dependência administrativa, unidade federativa e região. Essas informações foram extraídas a partir da leitura das informações institucionais e resumos.

Os descritores específicos analisados nesta investigação foram obtidos a partir da leitura na íntegra dos artigos e, juntamente com sua explicação, são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Descritores específicos e suas explicações

DESCRITOR ESPECÍFICO	EXPLICAÇÃO
Concepção EA	Apresenta diferentes perspectivas de EA?
	Declara ou se identifica no texto com algum tipo de concepção?

Concepção EI	Discute Integração x Inclusão?
	Discute mudanças na escola?
Metodologia	Metodologia nomeadamente utilizada no artigo
Envolvimento	Há agentes envolvidos na pesquisa?
	Quais?
Disciplina	Está vinculada a alguma disciplina?
	Qual?
Recorte para Tipo de Deficiência	Especifica recorte da investigação para algum tipo de deficiência?

Fonte: os autores (2024)

Resultados e Discussão

A busca no Portal de Periódicos da CAPES resultou em 96 artigos. Após a aplicação dos critérios de exclusão e inclusão, foram selecionados 37 textos. Em seguida, com a leitura dos resumos para o segundo filtro de seleção, chegou-se ao total de 11 trabalhos selecionados para a análise.

No quadro 2 são apresentadas as informações de código, título, nome do primeiro autor(a), ano de publicação e revista dos trabalhos selecionados.

Quadro 2 – Artigos selecionados para a análise

CÓDIGO	TÍTULO	PRIMEIRO AUTOR (ANO)	REVISTA
T1	Educação Ambiental na Perspectiva da Educação Inclusiva	Jorge Amaro de Souza Borges (2011)	Olhar de Professor
T2	Esportes Surdos na Constituição do Ser Social: uma compreensão histórica sob a perspectiva da Educação Ambiental	Marco Aurélio Rocha Di Franco (2015)	Revista Educação Especial
T3	A Importância do TILS na Educação Bilíngue de Surdos: utopia X realidade	Rachel Gonçalves Rocha (2018)	Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade
T4	Educação Ambiental e Construção de Aprendizagens: Um olhar bioecológico	Antonio Carlos Basegio (2018)	Textura
T5	Educação Ambiental e Educação Especial: Uma reflexão sobre estratégias didáticas	Beatriz Segantini França (2019)	Revista Brasileira de Extensão Universitária
T6	Estágio não formal: vivenciando experiências com a Educação Especial	Ana Paula Butzen Hendges (2019)	Revista Insignare Scientia
T7	Educação Física, Ambiental e Inclusiva: Um relato de experiência interdisciplinar no desenvolvimento e apresentação de Jogos Sensoriais uma estudante com Deficiência Visual	João Paulo dos Santos Oliveira (2020)	Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica
T8	A Sustentabilidade Ambiental Efetivada através da Gestão Educacional	Ana Marli Hoernig (2021)	Revista Angolana de Ciências

T9	Horta Escolar Implementada em Associação de Atendimento a Pessoas com Deficiências: Inclusão social, educação alimentar, educação ambiental	Luiza Vigne Bennedetti (2022)	Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
T10	Práticas e Vivências de Educação Ambiental na Escola de Educação Especial São Francisco de Assis – APAE de Três Passos/RS	Karine Sott Gärtner (2022)	Revista Extensão em Foco
T11	Relato de Experiência do Uso de um Kit Inclusivo para Educação Ambiental	Sandra Felix Santos (2022)	Revista Educação Especial

Fonte: os autores (2024)

A seguir estão expostas as análises dos descritores gerais e específicos.

Descritores Gerais

Sobre o ano de publicação, o primeiro artigo que articula EA e EI é de 2011. O artigo T1 foi publicado na revista Olhar de Professor, tem como autor Jorge Amaro de Souza Borges e é intitulado “Educação ambiental na perspectiva da educação inclusiva”.

De acordo com o autor, teve como motivação a necessidade de destacar, interna e externamente, questões de grande impacto que surgem a partir da ação do mapeamento das condições de acessibilidade das unidades de conservação estaduais do Rio Grande do Sul realizado pelo Laboratório de Educação Ambiental Inclusiva (LEAI).

Ainda com relação a este descritor geral, não foi possível observar diferença significativa de publicações ao longo dos anos, entretanto, é possível destacar a ausência de trabalhos nos anos 2012, 2013, 2014, quebrado por um artigo publicado no ano de 2015, seguido por mais dois anos sem publicações, 2016 e 2017.

Importante destacar o contexto histórico, político e social que marca estes anos. Segundo Silva (2014), ao final da década de 1990 e início de 2000 há o que se pode denominar de “onda rosa”, com a eleição de várias lideranças de esquerda em países da América Latina. Estas lideranças têm em comum a introdução no debate público de uma agenda social voltada para a ampliação dos direitos humanos, pressupostos pautados em desenvolvimento sustentável e ascensão de discursos de diversidade (Aguiar; Pereira, 2019).

Nacionalmente, no ano de 2002, tem-se a eleição de Luís Inácio Lula da Silva como presidente. Em seus dois mandatos, e na sequência os Governos Dilma, podemos observar a elaboração de programas voltados à proteção social, dentre eles a educação da pessoa com deficiência que passa a ser pautada nos Direitos Humanos (Pletsch; Souza, 2021). Como exemplo, destaca-se a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), a qual constitui a mais atual e importante referência para a busca de justiça social para este público (Nuernberg, 2020) e representa um avanço na garantia de direitos educacionais das pessoas com deficiência (Pletsch; Souza, 2021).

Estabelecendo uma relação com os dados observados no presente levantamento, pode-se inferir que apesar das discussões propícias e efervescentes em um contexto político e social nos campos de EA e da EI, estas discussões não estão refletidas nas produções acadêmicas de artigos que articulam a EA e EI. Sendo no período de 2011 e 2017 publicados apenas dois artigos sobre o tema.

De acordo com Aguiar e Pereira (2019), ao final da primeira década dos anos 2000 os governos de esquerda que compunham a “onda rosa” entram em declínio e chega aos países da América do Sul uma onda conservadora que elege representantes de direita ou até mesmo extrema direita.

No Brasil, em 2016, a primeira presidente mulher do Brasil eleita democraticamente foi retirada do poder por um processo que se nomeou como de *impeachment*. Em 2018 é eleito como presidente Jair Bolsonaro, que vinha ganhando destaque devido a seus discursos de teor machista, homofóbico, apreciador da ditadura militar, armamentista, neopentecostal, moralista e no campo econômico defensor de empresários e da iniciativa privada (Mendes; Rocha, 2023).

Na presente investigação pode-se observar uma concentração de publicações a partir do ano de 2018, ano de campanha eleitoral que elege Bolsonaro, sendo nove dos 11 artigos selecionados. Resultado similar é observado por Mendes e Rocha (2023) em sua revisão sistemática do que foi produzido na revista Estudos Feministas sobre educação sexual escolar. Como resultados, observaram uma crescente no quantitativo de artigos publicados na revista justamente no primeiro ano deste governo, 2019.

Sobre o descritor geral de revista pode-se notar que os trabalhos estão distribuídos em dez revistas diferentes. Dentre estas, a Revista Educação Especial apresenta duas publicações e as demais apresentam uma publicação cada.

De acordo com o site (Revista, 2024), a Revista Educação Especial foi criada em 1986 e pertence à Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Publica artigos, sendo relatos de experiência ou revisão de literatura, que contribuam com o campo da Educação Especial e se destina à estudantes, professores e pesquisadores em Educação. A revista apresenta Qualis² A2 na área de Ensino e Educação no período das publicações, sendo uma das que melhor pontua dentre os artigos analisados.

Sobre o descritor geral autor(a), foi possível notar uma diversidade total de 46 autores(as) distribuídos entre os 11 artigos selecionados e ainda que cada um aparece como autor(a) apenas uma vez, não havendo repetições ou destaques.

Cruzando os dados de autores(as), orientadores(as) e coorientadores(as) observados com estudo de revisão sistemática de teses e dissertações que articulam EA e EI (Baptista; Rocha, 2023), nota-se que há apenas uma sobreposição entre estes e os autores(as) dos artigos. O atualmente doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Jorge Amaro de Souza Borges (Plataforma, 2023) é autor do artigo T1 de 2011 intitulado “Educação Ambiental na Perspectiva da Educação Inclusiva” e da dissertação de mestrado de 2013 intitulada

“Sustentabilidade e Acessibilidade no Ensino Superior: contribuições para um diagnóstico socioambiental da PUCRS” (Baptista; Rocha, 2023).

Observando-se os resultados deste cruzamento de dados, pode-se inferir que a articulação entre EA e EI ainda é um tema pulverizado e sem autores(as) de referência que concentrem uma quantidade de trabalhos. Ainda é possível inferir que as teses e dissertações estão sendo transformados em artigos de forma discreta ou até mesmo nula, visto que há somente uma sobreposição quando cruzados os dados dos(as) autores(as) dos artigos com os(as) autores(as), orientadores(as) e coorientadores(as) das teses e dissertações que articulam a EA e EI.

É fundamental destacar a importância da produção de artigos a partir das teses e dissertações pelo fato de facilitar o acesso à informação. De acordo com Nassi-Calò (2016), o formato, meios de publicação, disseminação e compartilhamento de artigos científicos mudou com a internet, possibilitando sua circulação em instâncias outras além da acadêmica.

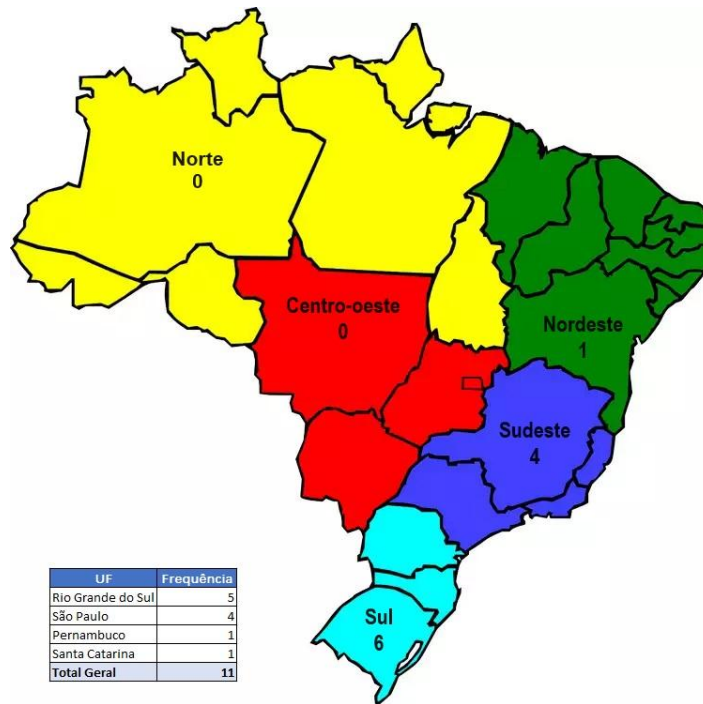
Sobre Instituição de vínculo do(a) primeiro autor(a) do artigo, observa-se destaque para a Universidade La Salle, com dois trabalhos com autores vinculados a ela. As demais instituições possuem apenas um(a) autor(a) dentre os trabalhos selecionados.

Com relação a dependência administrativa, observa-se representatividade das instituições públicas de ensino na presente investigação, totalizando sete dos 11 trabalhos selecionados. Dentre elas, seis artigos possuem primeiro(a) autor(a) vinculado(a) a instituições de ensino federais e uma vinculada a instituições de ensino estadual.

Esta representatividade das instituições públicas de ensino vão ao encontro de resultados observados em outros estudos de revisão como o de Santos e Rocha (2021). Esta representatividade ainda foi apontada no estudo a partir do levantamento das teses e dissertações que articulam EA e EI. O estudo indica 14 dos 19 trabalhos de teses e dissertações vinculados a instituições públicas de ensino (Baptista; Rocha, 2023). Desta forma, fica evidente a importância das instituições públicas de ensino superior para a pesquisa nacional em geral e, especificamente, para o diálogo entre a EA e EI.

Sobre a unidade federativa e regiões, a figura 1 apresenta os resultados observados.

Figura 1 – Quantitativo de artigos de acordo com a unidade federativa e a região da Instituição de filiação do(a) primeiro(a) autor(a)



Fonte: A autora (2024).

É possível destacar o estado do Rio Grande do Sul com cinco artigos e o estado de São Paulo com quatro. Os resultados observados vão ao encontro do levantamento realizado por Baptista e Rocha (2023), no qual os autores observaram destaque para os estados de São Paulo, com seis trabalhos defendidos, Rio Grande do Sul, com quatro, e Santa Catarina, com dois. Neste sentido, nota-se uma consistência para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo para o desenvolvimento de pesquisas que tem como foco a articulação entre EA e EI.

Organizando os dados dos artigos publicados por regiões é possível observar uma representatividade para a região Sul, com seis artigos publicados, seguida do Sudeste, com quatro, e o Nordeste, com um. Importante destacar as regiões Centro-oeste e Norte que não apresentam publicações. Assim como o observado no levantamento de Baptista e Rocha (2023), é indicado destaque para as regiões Sul e Sudeste e a ausência de trabalhos na região Norte.

De acordo com Zanini e Rocha (2020), as regiões Sul e Sudeste são as que possuem um maior número de programas de pós-graduação *Stricto Sensu* reconhecidos pelo MEC. Este fato impacta o volume de pesquisas produzidas e poderia justificar o destaque frequente das regiões quanto a produções acadêmicas no geral.

Descritores Específicos

Do total de 11 artigos selecionados, nota-se que apenas em dois constam trechos que diferenciam concepções de EA. Este resultado vai de encontro aos de Baptista e Rocha (2023), no qual é maior a ocorrência de teses e dissertações que apresentam algum tipo de diferenciação do campo da EA, 12 de 19.

Nos dois trabalhos que apresentam diferenciação de concepções de EA, T4 e T11, observa-se que os autores apresentam e aprofundam a EA Crítica, assim como se identificam nomeadamente com esta concepção, conforme os trechos a seguir: "Nesse movimento, Loureiro (2007) nos aponta a Educação Ambiental Crítica como uma forma dialógica de problematização da realidade, dos valores, comportamentos e atitudes" (T4, p. 178) e

Nesse sentido, este material contribui para a adoção de uma Educação Ambiental Crítica logo nos anos iniciais, para que se estimule a reflexão sobre a importância da participação social dos sujeitos (T11, p.6).

Nota-se que, mesmo retratando a EA Crítica, os autores não apresentam outras abordagens ao longo dos artigos. Neste sentido, através da dinâmica do texto pode-se concluir que existem outras vertentes de EA, entretanto estas não são explicitadas nomeadamente.

Uma possível justificativa para a divergência dos resultados encontrados no presente estudo e no artigo dos autores Baptista e Rocha (2023) poderia ser a limitação de espaço de texto dos artigos. Como os artigos possuem um número de páginas que variam de acordo com os modelos de submissão das revistas, entretanto, usualmente, não se igualam ao número de páginas de uma dissertação ou tese, é preciso que o(a) autor(a) selecione as informações mais importantes que serão apresentadas. Neste sentido, pode-se inferir que a maior parte dos(as) autores(as) que articulam EA e EI em artigos não concebem como importante diferenciar as concepções da EA.

Segundo Layrargues e Lima (2014), a diferenciação de um campo é fundamental para discriminar, classificar e interpretar fenômenos e processos que são diferentes, mas podem ser confundidos dentro de uma totalidade por apresentarem pontos em comum. Neste sentido, a diferenciação permite compreender as diferenças, motivações, interesses e valores que inspiram essa diversidade (Layrargues; Lima, 2014) e é fundamental principalmente em artigos científicos que, de acordo com Nassi-Calò (2016), são veículos de informação que circulam em outras instâncias além da acadêmica.

Ainda sobre o descritor específico de concepção de EA, ao encontro dos resultados observados por Baptista e Rocha (2023), nota-se que a maior parte dos textos também não declara nomeadamente identificação com uma concepção específica de EA. Dos artigos que se identificam declaradamente com uma concepção de EA, T4 e T11, ambos também estão ligados à valores críticos.

De acordo com Layrargues (2012), a macrotendência crítica é a única das três que declara explicitamente o pertencimento a determinada filiação político-pedagógica, o que poderia ser reflexo da posição contra hegemônica dentro da relação de poder do campo da EA.

Sobre a concepção de EI, observa-se que apenas um dos artigos, T3, discute, através de outros termos, a diferença entre inclusão e integração, conforme o trecho: "Lacerda (2002), afirma em sua pesquisa, que '[...] a presença do intérprete em sala de aula e o uso da língua de sinais não garantem que as condições específicas de surdez sejam contempladas e respeitadas nas atividades pedagógicas'" (T3, p. 9).

Neste contexto, é importante destacar o trabalho T4 que traz os termos como sinônimos, conforme passagem:

Cabe destacar que a educação inclusiva sob a perspectiva da experiência relacional com cães (como facilitadores do desenvolvimento humano) tem um importante papel no processo de integração dos estudantes com deficiências, pois permite criar estratégias mobilizadoras para reconstruir e estimular relações vivas de aprendizagem (T4, p. 179).

Segundo Mantoan (2003), integração e inclusão, embora apresentem significados semelhantes, se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológico distintos e, desta forma, expressam situações de inserção diferentes. Ainda de acordo com a autora, a integração pode ser entendida como justaposição do ensino especial ao regular, inserindo o estudante que já foi anteriormente excluído, e a inclusão prevê a inserção escolar radical, completa e sistemática de todos os estudantes que devem frequentar o ensino regular (Mantoan, 2003).

Glat, Pletsch e Fontes (2007) afirmam que, para EI acontecer, não é suficiente apenas a matrícula do estudante na escola regular para a convivência e socialização. A inclusão só é efetiva quando proporciona o ingresso, permanência e aproveitamento acadêmico. Desta forma, pode-se inferir que a maior parte dos(as) autores(as) dos artigos que articulam EA e EI não estão sensibilizados à ideia de inclusão efetiva que, de acordo com Ainscow (2024), acontece de acordo com três pilares: a presença, a participação e a construção de conhecimento de todos os estudantes, sem exceção. Este resultado vai de encontro aos observados por Baptista e Rocha (2023) em que a maior parte dos(as) autores(as), dez dos 19, está sensível à ideia de inclusão efetiva.

Ainda sobre este descritor, observa-se que a maior parte dos(as) autores(as), T2, T5, T6, T7, T8, T9, não discute a necessidade de mudança no ambiente educacional. Este resultado também vai de encontro aos observados por Baptista e Rocha (2023), uma vez que os autores observam que apenas quatro dos 19 trabalhos de teses e dissertações não indicavam a necessidade de mudança no ambiente educacional.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão exige mudança no paradigma educacional uma vez que defende a supressão da divisão dos sistemas escolares em modalidades especial e regular e que a escola atenda às diferenças sem discriminar, trabalhar à parte, estabelecer regras específicas para planejar, aprender ou avaliar.

Importante destacar que foi possível observar um trabalho, T10, contendo passagens capacitistas, como pode ser observado no seguinte trecho: "*Portanto, o sujeito especial é caracterizado por suas limitações*, no entanto, é munido de condições que favorecem o papel de indivíduo cooperativo nas ações a que é desafiado (Camargo, 2017)" (T10, p. 195, grifo nosso).

Segundo Nuernberg (2020), o capacitismo é o processo que hierarquiza as variações funcionais e corporais existentes, privilegiando os que atendem aos padrões normativos e diminuindo os que não se encaixam neste padrão.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (UNICEF, 2024) e nos documentos subsequentes, o conceito de deficiência é definido como sendo resultante da interação entre as pessoas com deficiência e as barreiras atitudinais e físicas do ambiente que impedem a plena e efetiva participação destas na sociedade em igualdade de oportunidades. Ou seja, a deficiência estaria na dificuldade resultante de barreiras, tanto atitudinais quanto físicas, e não em limitações das pessoas.

Sobre o descritor de metodologia, observou-se que dois dos 11 artigos, T2 e T3, não apresentam seção específica ao longo do texto. Nos demais artigos observa-se uma variedade de 18 metodologias descritas pelos(as) autores(as), cada uma com uma ocorrência.

Nota-se que em todos os artigos que constam seção referente à metodologia são descritas as etapas, instrumentos e desenvolvimento para a coleta dos dados. Entretanto, indo ao encontro dos resultados de Pin e Rocha (2019) e de Baptista e Rocha (2023), nem todos explicitam nomeadamente o método escolhido para o direcionamento da coleta de dados e análises da pesquisa, assim como a caracterização do estudo.

Segundo Minayo e Sanches (1993), o método é o fio condutor para a articulação entre teoria e a realidade empírica, tendo a função de tornar plausível a abordagem da realidade a partir da pergunta feita pelo(a) pesquisador(a) (Minayo, 2014). Logo, os resultados observados na presente investigação também refletem a fragilidade conceitual para a definição do método de pesquisa usado para estruturar o desenho metodológico da investigação (Pin; Rocha, 2019).

Sobre o descritor específico de envolvimento, observa-se maior ocorrência de investigações com agentes envolvidos na pesquisa, sendo eles estudantes, professores, especialista de diferentes áreas, funcionários da empresa que atua em colaboração ao projeto, até pais de alunos e comunidade de entorno. Os artigos que envolvem agentes totalizam sete dos 11 trabalhos, T4, T5, T6, T7, T9, T10, T11. Nota-se maior frequência de pesquisa envolvendo estudantes, com seis ocorrências, seguido de professores, com quatro ocorrências e a comunidade escolar com duas ocorrências.

Sobre o descritor disciplina, observa-se que todos os trabalhos selecionados discutem questões transversais ou não especificam apenas uma disciplina. Este resultado vai ao encontro dos observados na investigação dos autores Baptista e Rocha (2023) que notaram uma predominância de trabalhos, 12 dos 14 que se aplicam ao ambiente educacional, que discutem questões transversais. Os resultados indicam um reflexo da orientação dos documentos legais de EI e EA que sugerem o trabalho de forma interdisciplinar e transversal (Pletsch; Souza, 2021) (Branco; Royer; Branco, 2018).

Observa-se que cinco dos 11 trabalhos apresentam recorte de estudo para tipo de deficiência, sendo eles: T2, T3, T4, T5, T7. Nota-se maior frequência de trabalhos com direcionamento de investigação e/ou tendo como público-alvo pessoas com deficiência auditiva e pessoas com Síndrome de Down, com duas ocorrências cada. Traçando um paralelo com os resultados observados pelos autores Baptista e Rocha (2023), percebe-se que em teses e dissertações houve maior frequência de trabalhos com recorte para deficiência, sendo 11 de 19. Entretanto, notou-se também uma maior ocorrência para recortes de investigação e/ou tendo como público-alvo pessoas com deficiência auditiva.

Considerações

Através do presente levantamento, conclui-se que existe diálogo entre EA e EI em artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES e que o mesmo acontece de forma discreta se forem considerados o número de artigos selecionados na presente investigação. Este resultado reflete o silêncio de artigos que investigam esta articulação e é um indicativo da necessidade de novas pesquisas na área.

Nota-se que não há uma diferença significativa de publicações, entretanto, destaca-se o número reduzido de trabalhos publicados antes de 2018, apesar das discussões efervescentes em um contexto político e social e a concentração de nove das 11 publicações a partir do ano de 2018, ano de campanha eleitoral que elegeu o ex-presidente Bolsonaro.

A partir do cruzamento dos dados referentes aos autores(as), é possível notar que a articulação entre EA e EI ainda é um tema pulverizado e sem autores(as) de referência. Ainda, é possível inferir que as teses e dissertações estão sendo transformadas em artigos de forma discreta ou até mesmo inexistente, visto que há somente uma sobreposição.

Fica evidente a importância das instituições públicas de ensino para a pesquisa em geral e principalmente para o diálogo e articulação entre EA e EI, uma vez que a maior parte dos artigos analisados estão vinculados a estas instituições.

Percebe-se que todas as propostas das investigações se desenvolvem de forma transversal ou não especificando somente uma disciplina, indicando conformidade com as orientações dos documentos oficiais de EA e EI.

Destaca-se ainda como fundamental a compreensão dos pesquisadores(as) com relação ao método utilizado na estruturação e direcionamento das investigações, assim como na caracterização do estudo, pois foi possível observar artigos sem seção metodológica.

Observa-se que a maior parte dos(as) autores(as) dos artigos selecionados não diferenciam ou explicitam identificação com concepções de EA. Uma possível justificativa para isso seria a limitação de formato e espaço dos artigos, o que leva os(as) autores(as) a priorizarem informações que julgam como mais relevantes no contexto da discussão.

Assim, pode-se concluir que entre aqueles que articulam a EA e EI em artigos da CAPES, predomina a ausência de posicionamento ou distinção quanto às concepções do campo. Esta observação suscita a reflexão de que, ao não se posicionarem, os(as) autores(as) acabam por não apresentarem discussões mais amplas sobre o campo da EA, especialmente no que se refere às relações entre humanidades, natureza e os modos de opressão que permeiam estas interações. Nota-se ainda que a maior parte dos(as) autores(as) dos artigos não estão sensibilizados à ideia de inclusão efetiva e a necessidade de mudança no ambiente educacional. Além disto, foi possível observar passagem capacitista em um dos textos.

No contexto dos estudos analisados que propõem o diálogo entre EA e EI, percebe-se o início de discussões sobre a articulação entre os campos. Entretanto, torna-se necessária uma aproximação mais consciente com os debates já consolidados em cada área separadamente. Além disso, é fundamental que esse aprofundamento seja explicitado nos artigos produzidos pelos autores(as) da área e que a abordagem de EA adotada esteja sensível às especificidades do ambiente escolar, de modo a acolher todos os sujeitos. Em conclusão, espera-se contribuir com a análise de como tem se estabelecido a articulação entre EA e EI em artigos do Periódicos CAPES e que a investigação seja ponto de partida para futuras pesquisas na área.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Programa de Excelência Acadêmica (Proex) e ao Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) pela concessão de bolsa que viabilizaram a realização desta pesquisa.

Referências

AGUIAR, Bruna Soares de; PEREIRA, Matheus Ribeiro. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**, São Carlos, v. 7, n. 3, p. 8-35, dez. 2019. Disponível em <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271>. Acesso em 05 jan. 2024.

AINSCOW, Mel. **Processo de Inclusão é um processo de aprendizado. Centro de Referência em Educação**, São Paulo. Disponível em http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees_a.php?t=002. Acesso em 04 jun. 2024.

APAE BRASIL. **Quem somos**. Disponível em <https://apaebrazil.org.br/conteudo/quem-somos>. Acesso em 11 jan. 2024.

BAPTISTA, Clara dos Santos; ROCHA, Marcelo Borges. Diálogos entre Educação

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644492019>

Ambiental e Educação Inclusiva: Uma análise a partir de dissertações e teses brasileiras. **Revista Cocar**, Pará, v.19, n. 37, p. 1-20, set. 2023.

BARATA, Rita de Cássia Barradas. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. **Revista Brasileira de Pós-graduação**, Brasília, v. 13, n. 30, p. 13-40, abri. 2016. Disponível em <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/947/pdf>. Acesso em 08 jan. 2024.

BRANCO, Emerson Pereira; ROYER, Marcia Regina; BRANCO, Alessandra Batista de Godoi Abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: Estudos sobre Educação**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 185-203, abri. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 04 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em 04 jun. 2024.

BUSS, Aldineia; SILVA, Mariela Mattos da. Fragilidades da educação ambiental na escola pública: a formação de professores. **Revista de Educação Pública**, Mato Grosso, v. 30, p. 1-14, dez. 2021.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciênc. educ**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, mar. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?lang=pt>. Acesso em 05 jun. 2024.

CAMPANINI, Barbara Doukay; ROCHA, Marcelo Borges. O teatro científico como estratégia didática para o ensino de ciências nas instituições de pesquisa pelo Brasil. **Revista Ciências e Ideias**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 140-152, dez. 2018.

CARDOSO-COSTA, Gil; LIMA, Maria Jacqueline Girão Soares de; Educação Ambiental na escola: uma análise das concepções e práticas presentes em relatos de experiência nos Encontros Regionais de Ensino de Biologia RJ/ES. In: EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, 8., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2015. p. 1-15.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

SUSTENTÁVEL, 1., 1992, Rio de Janeiro. **O Futuro que Queremos** [...]. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em <https://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf>. Acesso em 04 jun. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa?**. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação Inclusiva & Educação Especial: Propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 343-356, jul. 2007. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/678/487>. Acesso em 04 jun. 2024.

GUIMARÃES, Mauro. Por uma Educação Ambiental Crítica na Sociedade Atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, Pará, v. 7, n. 9, p. 11-22, 2013. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767>. Acesso em 04 jun. 2024.

KASSIADOU, Anne; SÁNCHEZ, Celso. Ecologia Política na Educação Ambiental e as Potencialidades Pedagógicas dos Conflitos Ambientais. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v.7, n.2, p. 9-25, Sergipe, 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O Intérprete educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. e TESKE, O. (org.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002. 121-130.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 160 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Para Onde Vai a Educação Ambiental? O cenário político-ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 388-411, dez. 2012.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As Macrotendências Político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 23-40, mar. 2014.

LEAL, Maria da Conceição dos Reis. A educação ambiental como um instrumento de inclusão no ensino de biologia. **Revista da Senbio**: n7, p. 5374-5385, 2014

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **A questão ambiental no pensamento crítico**: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MEGID NETO, Jorge. **Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de**

Ciências no nível fundamental. 365. Tese, Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1999.

MENDES, Gabriel de Almeida; ROCHA, Marcelo Borges. Educação Sexual Escolar e o Movimento Feminista: Produção da Revista Estudos Feministas na Década de Ascensão da Extrema-Direita. **Revista Multidisciplinar de Ensino**, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, v. 12, n. 29, p. 1-21, jun. 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/e-mosaicos/article/view/64434/46730>. Acesso em 05 jan. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, set. 1993.

MISSIN-CALÓ Lilian. Teses e dissertações: prós e contras dos formatos tradicional e alternativo. **SciELO em Perspectiva**, 2016. Disponível em <https://blog.scielo.org/blog/2016/08/24/teses-e-dissertacoes-pros-e-contras-dos-formatos-tradicional-e-alternativo/>. Acesso em 05 jun. 2024.

NOGUEIRA, Marilac Luzia de Souza Leite Sousa; MEGID NETO, Jorge. Práticas interdisciplinares em educação ambiental na educação básica: o que indicam as pesquisas acadêmicas brasileiras de 1981 à 2012. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-21, ago. 2020.

NUERNBERG, Adriano Henrique. O Capacitismo, a Educação Especial e a Contribuição do Campo de Estudos sobre Deficiência para Educação Inclusiva. In: MACHADO, R.; MANTOAN, M. T. E. (org.). **Educação e Inclusão: entendimento, proposições e práticas.** Blumenau: EDIFURB, 2020. 45-60.

PERIÓDICOS CAPES. **Nossa História.** Disponível em <https://www-periodicos-capes.gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/nossa-historia.html>. Acesso em 04 jun. 2024 [1].

PERIÓDICOS CAPES. **Quem somos.** Disponível em <https://www-periodicos-capes.gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php/sobre/quem-somos.html>. Acesso em 04 jun. 2024 [2].

PIN, José Renato de Oliveira; ROCHA, Marcelo Borges. Utilização Didático-pedagógica de Trilhas Ecológicas no Ensino de Ciências: Um levantamento de teses e dissertações brasileiras. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 72-98, maio. 2019.

PLATAFORMA LATTES. **Currículo Lattes.** Disponível em <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>. Acesso em 16 nov. 2023.

ISSN: 1984-6444 | <http://dx.doi.org/10.5902/1984644492019>

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Nota Qualis Periódicos**. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acesso em 08 jan. 2024.

PLETSCH, Marcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação Comum ou Especial? Análise das Diretrizes Políticas de Educação Especial Brasileiras. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. esp. 2, p. 1286-1306, maio. 2021.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Sobre a Revista**. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/about>. Acesso em 08 jan. 2024.

RIO + 20. **Sobre a Rio + 20**. Disponível em https://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html. Acesso em: 04 jun. 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 1-2, jun. 2007.

SANTOS, André Luis Matos dos; ROCHA, Marcelo Borges. Estudo sobre tecnologia social e meio ambiente: levantamento em dissertações e teses brasileiras. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 17, n. 46, p. 73-91, mar. 2021.

SANTOS, Joyce Pereira dos. Análise de Peças Publicitárias da Campanha “Agro: A Indústria do Brasil”: reflexões sob a perspectiva da educação ambiental crítica. 2020. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Fabricio Pereira da. Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas. **Observador On-line**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 12, p. 1-28, 2014.

SILVEIRA, Dieison Prestes da; OLIVEIRA, Fabiana Mara de; OGAWA, Fernanda Sueko; SANTOS, Janaina Roberto dos; LORENZETTI, Leonir; FRAGA, Lisiane Abruzzi de; SILVA, Luciano Fernandes; SANTOS, Romualdo José dos. Abordagem do contexto escolar na pesquisa em Educação Ambiental no Brasil. In: CARVALO, Luiz Marcelo de; MEGID-NETO, Jorge. (Org.). **Estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil (1981-2020): meta-análises e narrativas de um campo complexo e plural**. Campinas, 2024. p. 353 – 378.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. **Pesquisa em ensino de Biologia no Brasil (1972-2004): um estudo baseado em dissertações e teses**. 413. Tese, Doutorado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

UNICEF. Documento. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2024. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 05 jun. 2024.

ZANINI, Alanza Mara.; ROCHA, Marcelo Borges. Relação de comunidades do entorno com as Unidades de Conservação: tendências em estudos brasileiros. **Terrae Didática**, São Paulo, v. 16, p. 1-13, 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0)

¹ Oficialmente lançado em 2000 (Periódicos [1], 2024), o portal de Periódicos Capes é um dos maiores acervos científicos virtuais do país que reúne conteúdos produzidos nacionalmente e assinados com editoras internacionais e instituições de ensino e pesquisa no Brasil (Periódicos [2], 2024).

² Ferramenta de avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil através da classificação dos veículos de divulgação da produção científica instituída pela CAPES em 1977 (Barata, 2016).